

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS

MONIQUE ÁLLEX DA SILVA FREIRE

AUDITORIA FISCAL, COMPORTAMENTO TRIBUTÁRIO E O PERFIL DE
GRANDES CORPORAÇÕES

Recife

2021

MONIQUE ÁLLEX DA SILVA FREIRE

**AUDITORIA FISCAL, COMPORTAMENTO TRIBUTÁRIO E O PERFIL DE
GRANDES CORPORAÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Contábeis da Universidade Federal de
Pernambuco – UFPE, como requisito
parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Giuseppe Trevisan Cruz

Recife

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Freire, Monique Álex da Silva.

AUDITORIA FISCAL, COMPORTAMENTO TRIBUTÁRIO E O PERFIL
DE GRANDES CORPORAÇÕES / Monique Álex da Silva Freire. - Recife, 2021.
34, tab.

Orientador(a): Giuseppe Trevisan Cruz

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Contábeis -
Bacharelado, 2021.

Inclui referências, apêndices.

1. Comportamento Tributário. 2. Monitoramento Fiscal. 3. Planejamento
Tributário. I. Cruz, Giuseppe Trevisan. (Orientação). II. Título.

650 CDD (22.ed.)

FOLHA DE APROVAÇÃO

MONIQUE ÁLLEX DA SILVA FREIRE

AUDITORIA FISCAL, COMPORTAMENTO TRIBUTÁRIO E O PERFIL DE GRANDES CORPORAÇÕES

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Contábeis da Universidade Federal
de Pernambuco – UFPE, como
requisito parcial para obtenção do
grau de Bacharel em Ciências
Contábeis.

Aprovado em 06 de dezembro de 2021

BANCA EXAMINADORA

 Documento assinado digitalmente
GIUSEPPE TREVISAN CRUZ
Data: 20/12/2022 10:15:24-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Giuseppe Trevisan.

Orientador

Prof. Dr. Vinícius Gomes Martins

Examinador interno

Dr. Lucas Emanuel

Examinador externo

RESUMO

Este trabalho investiga o papel de características de empresas de capital aberto sobre os diferenciais do comportamento tributário entre aquelas elegíveis à auditoria fiscal da Receita Federal do Brasil (RFB) e as não elegíveis. A análise empírica emprega o modelo de decomposição de Oaxaca-Blinder, que considera a variação das diferenças na média da distribuição, que é separada em uma parte que pode ser explicada por diferenças de atributos/perfil e um segundo termo (parte residual) que reflete a diferença no gerenciamento dessas características e/ou no retorno implícito dos fatores. Os resultados indicam que a receita bruta é o principal fator que explica a diferença de tributos pagos, seguida das despesas administrativas e de vendas. Por outro lado, a renda das empresas não explica esse diferencial. Em alguns casos, o setor de atuação corrobora com o diferencial de tributos pagos. As evidências sugerem que as empresas de capital aberto adotam estratégias de planejamento tributário para compensar o aumento de reporte de receitas induzido pela ação da RFB.

Palavras-chave: Comportamento Tributário; Monitoramento Fiscal, Planejamento Tributário.

ABSTRACT

This paper examines the role of characteristics from publicly traded companies in explaining the heterogeneity on tax compliance between firms eligible for tax audit and the non-eligible counterparts. To do so, we explore a large tax audit program implemented by the Brazilian Tax Authority, which focus on the largest tax payers. The empirical analysis employs the Oaxaca-Blinder's decomposition model, in which exploits variation of differences in the mean of the distribution, which is separated into a part that can be explained by observable firm's attributes/profile and a second term (residual part) that reflects the difference in management ability and/or in the implicit return to factors. Results show that gross revenue is the main factor explaining differences in tax revenues, followed by administrative and sale expenses. On the other hand, income does not explain differences in tax compliance. Our evidence also indicate that the operating sector partly explains the heterogeneity in tax compliance. Finally, our findings suggest that publicly traded firms may adopt tax planning strategies to offset the increase in firm compliance induced by the tax authority.

Keywords: Tax Compliance; Fiscal Monitoring, Tax Planning.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
2.1	Contexto Institucional.....	10
2.2	Revisão da Literatura.....	12
3	METODOLOGIA.....	14
3.1	Base de Dados e Variáveis.....	14
3.2	Especificação Empírica.....	16
4	RESULTADOS.....	19
4.1	Diferença de Tributos Pagos.....	19
4.2	Decomposição na Média.....	20
5	CONCLUSÃO.....	28
6	REFÊRENCIAS.....	31
7	APÊNDICE.....	33

1 INTRODUÇÃO

Os tributos, definido no artigo 3º do Código Tributário Nacional (CTN), são cobranças de caráter obrigatório e não punitivos, pagas em dinheiro ou valor em que nela possa se exprimir e que são ocasionadas a partir de ações específicas (fatos geradores) estabelecidas por lei. Neste cenário existem duas grandes partes interessadas: a Sociedade e o Estado. De um lado, o contribuinte submetido ao recolhimento obrigatório em prol do desenvolvimento do país, e do outro, o sujeito ativo que usa o tributo como a principal fonte de financiamento governamental necessário para garantir o bem-estar social.

Em grande parte, o cumprimento da obrigação tributária é feito de forma voluntária e espontânea. Porém, o sujeito passivo desta relação, frente à carga tributária imposta, muitas vezes busca caminhos para reduzir ou evitar o montante de tributos que teria de pagar. Em ambientes corporativos, uma das alternativas é a implementação de um planejamento tributário, prática operacional que possibilita a redução dos custos fiscais respeitando a lei em sua integralidade. Dentre essas práticas, a agressividade tributária é definida por Chen et al. (2010) como uma redução gerencial da renda tributável por meio de ações de planejamento tributário. Porém, há empresas que adotam práticas tributárias evasivas, ou seja, medidas sem embasamento legal, com o intuito de reduzir ou mesmo evitar o pagamento de tributos.

No Brasil, estima-se que é deixado de arrecadar cerca de R\$ 417 bilhões por ano com impostos e o faturamento não declarado pelas empresas é na ordem de R\$ 2,33 trilhões por ano. O índice de sonegação mostra que tal prática está em queda no país quando comparado aos anos anteriores, mas ainda revela um valor expressivo não recolhido¹. As grandes empresas que reduzem o pagamento tributário com

¹ Informação disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-12/brasil-perde-r-417-bi-por-ano-com-sonegacao-de-impostos-diz-estudo>

mecanismos ilegais são responsáveis pela maioria desses valores sonegados. Por isso, para aumentar a eficiência da arrecadação, a entidade pública busca mecanismos de fiscalização e controle que provoquem o aumento da percepção de risco de detecção de irregularidades por parte do contribuinte. Nesse sentido, a Receita Federal Brasileira (RFB), por meio da Portaria RFB 11.211/07, instituiu o acompanhamento econômico-tributário diferenciado dos maiores contribuintes dos tributos federais. Embora representem menos de 0,01% do total de empresas inscritas no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ), estas responderam, em 2020, por 60% da arrecadação total². O procedimento é definido no artigo 1º da Portaria 641/2015 e consiste na análise do comportamento econômico-tributário, por meio do monitoramento da arrecadação dos tributos administrados pela RFB, da análise de setores e grupos econômicos e da gestão para o tratamento prioritário relativo ao passivo tributário. O monitoramento de caráter permanente objetiva traçar e conhecer o perfil dos maiores contribuintes da Receita, bem como diagnosticar inconformidades que gerem ações de autorregulação.

O acompanhamento gera dois grupos distintos: grupo diferenciado e especial. Uma das regras para indicação ao monitoramento é a receita bruta e o que diferencia os grupos de acompanhamento são as faixas mínimas dos critérios de indicação, sendo as do grupo especial as que apresentam maiores receitas e preferência na ordem do monitoramento. Lima (2007) teoriza que a implementação de uma sistemática de controle da entidade fiscal pública consegue provocar um aumento da sensação de risco por parte do contribuinte, o que pode acarretar em um comportamento mais cuidadoso nas práticas tributárias. Assim, torna-se crucial entender se existe diferença no montante de tributos pagos entre empresas que são

² Plano Anual de Fiscalização para 2021 e Resultados de 2020, acessível em <<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/resultados/fiscalizacao>>

elegíveis e as não-elegíveis a este monitoramento e sua relação com o comportamento tributário. Mais exatamente, quais características podem explicar a disparidade dos tributos pagos entre as empresas.

Este estudo tem como objetivo verificar a importância das características observáveis de grandes empresas nos diferenciais do comportamento tributário entre aquelas elegíveis à auditoria fiscal da Receita Federal do Brasil e as não elegíveis. O trabalho tem como objetivos específicos: a) realizar uma descrição do acompanhamento federal e das firmas que são elegíveis para tal monitoramento; b) identificar as características das firmas que possam explicar o comportamento tributário e c) identificar a relação heterogênea dos fatores determinantes sobre o comportamento tributário.

Para avaliar a importância das características das empresas, aplica-se o modelo de decomposição de Oaxaca-Blinder, que considera a variação das diferenças na média da distribuição. Explora-se um contexto institucional em que, frente ao aumento da percepção de risco de detecção de irregularidades, as empresas passam a desenvolver estratégias de planejamento tributário para compensar o aumento do reporte de receitas. Os resultados indicam que antes de incluir as principais variáveis explicativas, a diferença de tributos pagos advém muito da parte residual não observada e quando tais variáveis são incluídas, o poder explicativo do modelo aumenta consideravelmente. O principal fator que explica a diferença de tributos pagos é a receita bruta, seguida das despesas administrativas e de vendas. Por outro lado, a renda das empresas não explica esse diferencial. Em alguns casos, o setor de atuação corrobora com o diferencial de tributos pagos.

A partir dos resultados desta pesquisa, pretende-se fornecer subsídios que contribuam para elaborações de novas metas de políticas governamentais ou novos

procedimentos de auditoria da gestão fiscal pública, no sentido de alcançar a sua eficiência tributária ou ainda diminuir o histórico de sonegação do Brasil. Além disso, os achados da pesquisa podem ser utilizados para estimular as grandes corporações a adotarem novas estratégias de gestão tributária de acordo com o seu perfil.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Contexto Institucional

Uma das missões da Receita Federal do Brasil está baseada em arrecadar tributos e administrar os recursos do Estado, que devem ser direcionados ao bem-estar da sociedade. No entanto, para atender tal missão, a RFB precisa ter eficiência tributária, ou seja, é preciso adotar uma política tributária com instrumentos dentro das condições da legislação vigente capazes de gerar um aumento da arrecadação fiscal. Como destacado por Mascagni (2018), a maioria dos países simplesmente não tem capacidade para controlar e auditar uma grande quantidade de contribuintes. Assim, diante da necessidade de alcançar eficiência tributária, a RFB implantou em 2005 o acompanhamento econômico-tributário permanente dos maiores contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, que representam cerca de 60% da arrecadação federal. O objetivo é aproximar a arrecadação efetiva da arrecadação potencial, garantindo assim os recursos necessários ao funcionamento do Estado, ampliando a conformidade tributária em obediência à legalidade e combatendo a sonegação fiscal e aos demais ilícitos tributários. Contudo, apenas a partir de 2011 o monitoramento ganha significativas melhorias no processo de detecção de infrações fiscais, o que resulta numa maior capacidade de arrecadação tributária por parte da RFB³.

³ Plano Anual da Fiscalização da Receita Federal do Brasil para 2015 e Resultados de 2014, acessível em <<http://receita.economia.gov.br/dados/resultados/fiscalizacao/capa-de-fiscalizacao>>.

De acordo com a última Portaria RFB nº 4.888/2020 divulgada⁴, a atividade de monitoramento realizada de forma sistêmica, especializada e orientada, consiste na análise do comportamento econômico-tributário por meio do monitoramento dos rendimentos, receitas, do patrimônio, da arrecadação e na análise de setores e grupos econômicos. As informações utilizadas no monitoramento são disponibilizadas pelos próprios acompanhados ou por fontes externas por meio de informações públicas de dados; contato telefônico; contatos eletrônicos; reuniões ou em último caso é aberto procedimento fiscal de diligência.

A indicação ao acompanhamento de Pessoas Jurídicas é realizada anualmente e gera dois grupos distintos de acompanhamento: o diferenciado e especial. Os critérios de indicação ao monitoramento são: a) receita bruta; b) débitos tributários declarados; c) massa salarial; d) participação na arrecadação dos tributos administrados pela RFB e e) participação no comércio exterior. Ao preencher no mínimo a um dos critérios a empresa já é elegível ao monitoramento e para esta pesquisa foi utilizado apenas o critério da Receita Bruta, devido à dificuldade de encontrar dados dos demais itens. O que difere os dois grupos são as faixas mínimas para a indicação ao acompanhamento e o fato de que o grupo especial possui critérios de exigibilidade mais expressivos e são prioridades no processo de trabalho da RFB. Vale ressaltar que a atividade de monitoramento dos maiores contribuintes é de caráter preliminar e não conclusivo, ou seja, são elaborados procedimentos iniciais cujo resultados são posteriormente priorizados na fase de execução conclusiva pela área da RFB responsável.

O processo de monitoramento desses contribuintes é constante. Dessa forma, o Plano Anual de Fiscalização prevê momentos de avaliação com atividades de

⁴ Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAtto=114249>>

monitoramento realizada por uma equipe especializada formada por auditores-fiscais e analistas tributários. O processo passa por: 1) monitoramento da arrecadação, no qual autoridades fiscais analisam de forma individual e identificam as variações mais relevantes na arrecadação; 2) análise de setores e grupos econômicos, em que desenvolvem índices gerais e específicos de comparação e estudam os seus funcionamentos; e 3) gestão do passivo tributário que identificam os créditos tributários e possíveis demandas de compensação, restituição, ressarcimento ou reembolso.

2.2 Revisão da Literatura

A literatura apresenta alguns estudos que analisam a associação entre o monitoramento tributário e o comportamento tributário agressivo ou evasivo das empresas. Chen & Chu (2005) examinam a evasão fiscal das empresas sob um modelo padrão de contrato entre gerente e proprietário e concentram-se na ineficiência do controle interno devido à separação entre gerenciamento e controle. Para os autores, a sonegação fiscal aumenta o lucro retido pela empresa, mas aumenta também o risco de detecção da evasão e o custo da perda de eficiência no controle interno.

O estudo de Zamboni & Litschig (2018) investiga se o aumento do risco de auditoria impede o desvio de renda em três áreas de atividade do governo local no Brasil: compras, prestação de serviços de saúde e direcionamento de transferência de renda. Os resultados sugerem que o aumento temporário do risco de auditoria anual em cerca de 20 pontos percentuais reduziu a participação dos recursos auditados envolvidos na corrupção nas compras em cerca de 10 pontos percentuais e a proporção dos processos de compras com evidências de corrupção em cerca de 15 pontos percentuais. Por outro lado, não foi encontrada evidência de que o

aumento do risco de auditoria tenha afetado a qualidade dos serviços de saúde preventivos e primários prestados publicamente.

Kim, Li & Zhang (2011) constatarem que há uma associação positiva entre evasão fiscal e o risco futuro de queda nos preços das ações, e esta relação é atenuada quando o monitoramento externo dessas empresas é eficaz. Vasilevich et al. (2016) investigam questões do controle tributário exercido pelas autoridades fiscais. Eles apontam o monitoramento tributário como uma ferramenta de aperfeiçoamento do controle tradicional que permite a melhoria do relacionamento entre o contribuinte e o Estado e possibilita a criação de novas abordagens da tributação.

Desai, Dyck & Zingales (2007), analisa a interação entre tributação e governança corporativa e demonstra que a maioria das transações destinadas a desviar o valor corporativo para os acionistas controladores também reduz os passivos fiscais das empresas. Da mesma forma, procedimentos que impõem o reconhecimento do passivo tributário das empresas dificultam que acionistas controladores expropiem recursos corporativos em benefício privado. Para os autores, o nível de desvio e o valor dos impostos pagos são determinados em um jogo que envolve três partes: o estado, membros internos e acionistas externos. Eles sustentam a ideia de que cada interação bidirecional tem importantes efeitos sobre a última parte.

Mais próximo do tema deste trabalho, Hoopes et al. (2012) estendeu a pesquisa sobre os determinantes da evasão fiscal das empresas para incluir o papel do monitoramento do *Internal Revenue Service* (IRS). As evidências de grandes amostras indicam que as empresas públicas dos Estados Unidos assumem posições tributárias menos agressivas quando a fiscalização é mais rigorosa. Refletindo seu

impacto econômico de primeira ordem nas empresas, as estimativas de coeficiente implicam que aumentar a probabilidade de uma auditoria do IRS de 19% (o 25º percentil nos dados) para 37% (o 75º percentil) aumenta suas taxas de impostos efetivas em dinheiro, em média, em quase dois pontos percentuais, o que equivale a um aumento de 7% nas taxas de impostos efetivas em dinheiro.

Al-Karablieh; Koumanakos; Stantcheva (2021) avaliaram uma política de conformidade para pequenas empresas do governo grego. Seus resultados mostram que as empresas reportavam mais lucros tributáveis do que as que não participavam do programa, porém, ao mesmo tempo, estas aumentavam os custos reportados para compensar o aumento do reporte das receitas. Já o estudo de Naritomi (2019) mostra que, devido a um sistema de monitoramento realizado pelos consumidores através de incentivos gerados por cobrança de notas fiscais no ato da compra, as empresas passaram a reportar um montante maior de receita bruta. Apesar do aumento de reportes das despesas, houve crescimento na arrecadação líquida e foi encontrado efeitos mais evidentes no setor de varejo, evidenciando assim, a importância do setor de atuação da firma como característica a ser considerada no comportamento tributário.

3 METODOLOGIA

3.1 Base de Dados e Variáveis

Para a realização deste trabalho, foram utilizadas três fontes distintas. A primeira utiliza dados extraídos da base de dados do Sistema Económica. A segunda fonte é do Portal de Dados Abertos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os anos de monitoramento observado vão desde 2011 a 2017, respeitando as faixas de receita bruta estipulada pela RFB que tem como parâmetro a receita bruta

declarada dois anos antes do ano de referência, conforme Tabela A1 do apêndice. A terceira fonte é o website da Bolsa de Valores do Brasil (B3), que disponibiliza informações sobre os setores de atuação das empresas.

Economática é uma base de dados administrativa que contém o histórico de vários anos de demonstrativos financeiros trimestrais, indicadores financeiros e cotações diárias das ações. A partir das informações disponibilizadas nessa base, foram criadas as principais variáveis utilizadas para investigar a existência de diferenças no comportamento tributário entre companhias de capital aberto que são auditadas e não auditadas. Para explicar o comportamento tributário, foram extraídas as seguintes variáveis: ativo; passivo da empresa; despesas de venda, administrativa e financeira; lucro contábil antes dos impostos (LAIR). Como variáveis dependentes, foram utilizadas: tributos federais, estaduais e municipais; Imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Além disso, os setores de atuação, identificados a partir dos dados da B3, também foram utilizados como variáveis explicativas (efeito fixo).

O segundo conjunto de dados (proveniente da CVM) serve de forma subsidiária e corresponde às informações cadastrais das firmas e algumas demonstrações contábeis, como a Demonstração de Valor Adicionado e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Desta mesma fonte, são retirados dados sobre a receita bruta das firmas, no qual é de fundamental importância para a identificação das empresas que estão sujeitas ao acompanhamento econômico-tributário diferenciado ou especial ao longo do período estudado. O acompanhamento econômico-tributário da receita federal engloba tanto firmas de capital aberto quanto de capital fechado, contanto que atendam aos parâmetros estabelecidos para indicação no caso de os contribuintes serem pessoas jurídicas. Dada a dificuldade de acesso aos dados de empresas de

capital fechado, a amostra utilizada contém apenas empresas de capital aberto que negociam ações na Bolsa de Valores oficial do Brasil.

3.2 Especificação Empírica

A análise é feita utilizando dois grupos de comparação: firmas não auditadas vs monitoradas do grupo diferenciado; e firmas do monitoramento diferenciado vs firmas do monitoramento especial. Como exemplo, considere o primeiro grupo. Para investigar as diferenças do comportamento tributário entre firmas auditadas m e não-auditadas f , partimos da seguinte especificação econométrica:

$$w_{ij} = X'_{ij}\beta_j + \varepsilon_{ij}, \quad (1)$$

onde $j \in (m, f)$, w_i é a agressividade tributária para a firma i e X_i é uma matriz contendo um conjunto de características observadas (receita, setor e tamanho da firma) para cada firma no momento da auditoria. O termo de erro, ε_{ij} , captura outras características não observadas. Com base nessas regressões de agressividade tributária estimadas, a diferença do comportamento tributário entre as firmas é decomposta em uma parte que pode ser explicada por diferenças entre atributos/perfil de empresas auditadas e não auditadas, e uma segunda parte residual que reflete as diferenças de gerenciamento contábil ou habilidade de gestores. Esse procedimento, conhecido como decomposição Oaxaca-Blinder (Oaxaca, 1973; Blinder, 1973), pode ser obtido pela diferenciação da equação (1) entre os grupos de firmas e pelo valor esperado, de modo que

$$E[\bar{w}_m - \bar{w}_f] = (\bar{X}'_m - \bar{X}'_f)\hat{\beta}_f - \bar{X}'_m(\hat{\beta}_m - \hat{\beta}_f), \quad (2)$$

onde $\bar{X}'_j$ é o nível médio de características relacionadas à medida de agressividade tributária para o grupo j . O primeiro termo do lado direito (a parte explicada) pode ser interpretado como a diferença entre companhias auditadas e não auditadas devido a

diferenças em atributos/perfil, enquanto o segundo termo (o componente inexplicável ou residual) pode ser interpretado como a diferença no gerenciamento dessas características e/ou no retorno implícito dos setores, ponderada pelas características médias das firmas auditadas, $\bar{X}'_m$. Portanto, a equação (2) mostra a decomposição da agressividade em torno de sua média.

3.3 Estatísticas Descritivas

A Tabela 1 apresenta a média e desvio padrão das variáveis de interesse para a pesquisa. As colunas (1) e (2) abordam as estatísticas do grupo não monitorado pela RFB; (3) e (4) grupo de monitoramento diferenciado e (5) e (6) monitoramento especial. Com base na tabela abaixo, podemos perceber um contraste acentuado sobre o perfil das empresas entre grupos, principalmente quando isolamos as empresas elegíveis do Monitoramento Especial dos outros dois grupos (não-auditadas e do monitoramento diferencial). A exemplo das receitas bruta e líquida: enquanto as não auditadas apresentam receita bruta média de 330 milhões e o grupo diferenciado 482 milhões, as firmas do grupo especial possuem receita bruta de aproximadamente 18,83 bilhões. Do mesmo modo, apesar da notória disparidade de ganhos, pode-se perceber a diferença nas obrigações tributárias através das variáveis dos Tributos totais e Imposto de Renda/Contribuição Social (IRCS). Por exemplo, enquanto as não auditadas recolhem cerca de 32 milhões e o grupo diferenciado 68 milhões, as firmas do grupo especial recolhem aproximadamente 3,055 bilhões de tributos.

Ademais, o mesmo comportamento se repete quando observamos as despesas das firmas, separadas em Despesas de Vendas, Administrativas e Financeiras. Ou seja, há um crescimento gradual de despesas quando comparamos não auditadas com diferenciado e o grupo do diferenciado com o do especial.

Tabela 1. Estatísticas descritivas

	Não auditadas		Monitoramento Diferenciado		Monitoramento Especial	
	Média (1)	DP (2)	Média (3)	DP (4)	Média (5)	DP (6)
Variáveis (R\$ em bilhões)						
Receita Bruta (t - 2)	0,011	0,027	0,324	0,212	12,87	49,82
Receita Bruta	0,330	6,425	0,482	0,314	18,83	69,77
LAIR	0,065	1,159	0,018	0,239	0,337	4,024
Ativo	2,522	6,614	1,514	1,951	18,79	72,97
Passivo	0,919	2,516	0,974	1,546	10,57	39,34
Tributos e impostos						
Federais	0,017	0,182	0,049	0,065	1,744	7,687
Estaduais	0,014	0,323	0,013	0,051	1,280	6,293
Municipais	0,001	0,005	0,007	0,009	0,031	0,135
Tributos totais	0,032	0,497	0,068	0,090	3,055	13,67
IRCS	0,001	0,058	0,012	0,050	0,099	1,096
Despesas						
Vendas	0,009	0,154	0,024	0,042	0,611	1,951
Administrativas	0,027	0,068	0,049	0,056	0,438	1,271
Financeiras	0,084	0,274	0,098	0,125	0,981	3,598
Setores						
Bens Industriais	0,157	0,365	0,360	0,480	0,151	0,358
Comunicações	0,066	0,249	0,008	0,090	0,023	0,150
Consumo Cíclico	0,218	0,413	0,252	0,435	0,119	0,324
Consumo não cíclico	0,079	0,270	0,069	0,253	0,181	0,386
Materiais Básicos	0,086	0,280	0,145	0,353	0,136	0,343
Outros	0,161	0,368	0,016	0,126	0,002	0,049
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	0,018	0,133	0,008	0,090	0,012	0,110
Tecnologia da Informação	0,015	0,123	0,010	0,100	0,026	0,158
Utilidade Pública	0,142	0,349	0,131	0,338	0,297	0,457
Nº de observações	1.495		495		820	

Notas: Esta tabela denota a média e o desvio-padrão das variáveis de interesse para grupo de empresas não auditadas, nas colunas (1) e (2), e para os grupos que possuem o monitoramento diferenciado e especial, nas colunas (3) e (4) e (5) e (6), respectivamente. Valores expressos em R\$ bilhões.

Os setores com maior presença na amostra são os de bens industriais, consumo cíclico e utilidade pública, com participação geral de 19,46%, 19,30% e 18,44% respectivamente. Porém, a partir da análise individual, a porcentagem, o setor e ordem de participação muda de acordo com o grupo de análise, demonstrando uma certa diversidade de frequência dos setores. Para o grupo não auditado os setores consumo cíclico (21,81%), outros (16,12%) e bens industriais (15,65%) possuem maior participação. No especial são utilidade pública, consumo não-cíclico e bens

industriais com, respectivamente, 29,72%, 18,15% e 15,10% de participação. E no diferenciado, a participação maior é dos setores de bens industriais (35,96%), consumo cíclico (25,25%) e materiais básicos (15,55%).

4 RESULTADOS

Nesta seção, foram estimados separadamente os parâmetros das regressões de tributos pagos pelas firmas para dois grupos de comparação: firmas não auditadas vs monitoradas do grupo diferenciado; e firmas do monitoramento diferenciado vs firmas do monitoramento especial. Além disso, foram observados os resultados com e sem a inclusão das principais variáveis explicativas, quais sejam: Receita Bruta, Lucro Antes do Imposto de Renda (LAIR), Despesas de Vendas, Administrativas e Financeiras e os setores. Em seguida, as previsões de tributos pagos foram decompostas em componentes explicados (diferença entre as características observáveis) e inexplicados (retorno das características), seguindo o método Oaxaca-Blinder.

4.1 Diferença de Tributos Pagos

A Tabela 2 apresenta a média dos tributos totais, tributos federais, municipais e IRCS e a disparidade entre os grupos de comparação citado anteriormente. Essas diferenças são decompostas em efeitos explicados e inexplicados no próximo item. No painel A, por exemplo, os resultados indicam que, em média, as firmas pertencentes ao monitoramento diferenciado pagam 37 milhões a mais de tributos totais do que as empresas não monitoradas, e, no painel B, as firmas do grupo especial pagam 3 bilhões a mais de tributos totais em relação as firmas do grupo diferenciado. Este cenário se repete para os dois grupos de comparação quando

analisamos os Tributos federais e o IRCS. Uma única mudança ocorre nos tributos estaduais pagos no painel A: as empresas não auditadas da amostra pagam 1 milhão a mais que as empresas do monitoramento diferenciado na média, contudo, essa diferença não é significativa.

Tabela 2: Diferença dos tributos pagos na média

Painel A				
	Tributos	Tributos federais	Tributos estaduais	IRCS
Não auditadas	0,032*	0,017**	0,014	0,001
	-0,02	-0,007	-0,013	-0,002
Diferenciado	0,069***	0,049***	0,013***	0,012***
	-0,006	-0,005	-0,003	-0,003
Diferença	-0,037*	-0,032***	0,001	-0,011***
	-0,021	-0,008	-0,013	-0,004
Painel B				
Diferenciado	0,069***	0,049***	0,013***	0,012***
	-0,006	-0,005	-0,003	-0,003
Especial	3,070***	1,753***	1,287***	0,099***
	-1,036	-0,555	-0,499	-0,032
Diferença	-3,001***	-1,704***	-1,273**	-0,087***
	-1,036	-0,555	-0,499	-0,032

Notas: ***, ** e * representam significância estatística aos níveis de 1%, 5% e 10%, respectivamente. Valores em R\$ bilhões.

4.2 Decomposição na Média

Na Tabela 3, os resultados são apresentados separadamente para os dois grandes grupos de comparação. O painel A trata da decomposição da diferença de empresas não auditadas vs firmas do monitoramento diferenciado, enquanto que o painel B mostra a decomposição da diferença de firmas do monitoramento diferenciado vs monitoramento especial. Os resultados são apresentados sem as principais variáveis de controle nas colunas (1) e (3) e com controles nas colunas (2) e (4).

Tabela 3: Efeitos da decomposição na média dos tributos totais pagos

	Painel A: Não auditadas vs monit. Diferenciado				Painel B: monit. diferenciado vs monit. Especial			
	Sem controles (1)		Com controles (2)		Sem controles (3)		Com controles (4)	
	Exp.	Não exp.	Exp.	Não-exp.	Exp.	Não-exp.	Exp.	Não-exp.
Total	0.014 (0.017)	-0.051** (0.021)	-0.049*** (0.014)	0.012* (0.006)	-0.016 (0.072)	-2.986*** (1.038)	-2.765*** (0.771)	-0.264 (0.682)
Ativo	0.016 (0.012)	0.023 (0.025)	0.001 (0.002)	-0.013 (0.009)	0.005 (0.213)	-1.820* (1.103)	-0.165* (0.098)	0.018 (0.226)
Passivo	-0.003 (0.011)	0.108* (0.063)	-0.001 (0.001)	0.045** (0.021)	-0.023 (0.162)	0.057 (0.733)	0.330 (0.206)	-0.845** (0.370)
Receita Bruta			-0.000 (0.000)	-0.077*** (0.022)			-2.923*** (0.933)	-0.167 (1.107)
LAIR			0.001 (0.001)	-0.000 (0.001)			-0.016 (0.022)	0.019 (0.072)
Desp. de Venda			-0.048*** (0.013)	0.076*** (0.009)			0.076 (0.142)	-0.282 (0.327)
Desp. Adm.			-0.005* (0.003)	0.003 (0.012)			-0.065 (0.075)	0.147 (0.093)
Desp. Financ.			0.001 (0.001)	-0.006 (0.010)			0.001 (0.062)	0.395*** (0.131)
Bens industriais			0.004*** (0.001)	0.013*** (0.005)			-0.011*** (0.003)	-0.113* (0.060)
Comunicação			-0.001** (0.001)	-0.000 (0.000)			0.000 (0.000)	-0.039 (0.031)
Consumo cíclico			0.001* (0.001)	0.010*** (0.003)			-0.009*** (0.002)	0.017 (0.099)
Cons. não cíclico			-0.001 (0.001)	0.004*** (0.001)			0.015*** (0.002)	-0.217 (0.153)
Materiais Básicos			0.002** (0.001)	0.004** (0.002)			-0.001 (0.001)	0.312** (0.159)
Outros			-0.002* (0.001)	0.001** (0.000)			-0.001** (0.000)	-0.003 (0.002)
Petróleo e Biocomb.			0.000 (0.000)	-0.004 (0.003)			-0.001 (0.003)	-0.075 (0.047)
Tec da informação			-0.000	0.000**			0.001**	-0.006

	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.020)
Utilidade Pública	-0.000	0.004**	0.006***	-0.521***
	(0.000)	(0.001)	(0.001)	(0.127)

Notas: Todas as regressões incluem efeito fixo de coorte. Os erros padrão robustos estão entre parênteses em regressões sem variáveis de controle e agrupados em nível em regressões com variáveis de controle. ***, ** e * representam o nível de significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Pode-se perceber que antes de incluir as principais variáveis explicativas para ambos os grupos de comparação, o retorno das características não observáveis representa uma maior participação na diferença de tributos totais pagos, enquanto que a diferença das características entre as empresas não é significativa. Isso sugere que o tamanho da firma e de suas dívidas, medidos pelo ativo e passivo totais, não demonstram significância estatística para explicar a diferença de tributos pagos. Porém, este cenário inverte quando adicionamos as principais variáveis explicativas, ou seja, há uma crescente margem do poder explicativo da regressão. Por exemplo, na coluna (2), quando incluído as despesas e os setores (com a regressão já controlada pela receita bruta e o LAIR), a diferença explicada de tributos pagos do primeiro grupo é aproximadamente de 49 milhões, com valor negativo sinalizando que o retorno das características deriva mais do grupo diferenciado; e a diferença explicada de tributos pagos do segundo grupo de comparação (coluna 4) é aproximadamente de 2,76 bilhões, também com sinal negativo indicando que retorno das características provem mais do grupo especial. Das variáveis explicativas utilizadas, destaca-se as variáveis de: receita bruta, que, além de ser um critério de elegibilidade ao acompanhamento tributário, a depender do valor reportado pela empresa, pode afetar o montante do tributo pago a exemplo do PIS, COFINS e do ISS; despesas de vendas e administrativas para o primeiro grupo de comparação; despesas financeiras destacada pelo retorno de características não observada no modelo e empresas de alguns setores como os de bens industriais, consumo cíclico,

materiais básicos e utilidade pública. Em suma, os resultados indicam que a diferença no montante de tributos pagos nos dois grupos é explicada essencialmente pela diferença de características das empresas.

Outro ponto importante a se destacar é o quanto do total dos tributos pagos são destinados ao âmbito federal já que o acompanhamento da RFB monitora exclusivamente os tributos deste ambiente. Por isso, foi utilizado o mesmo método de decomposição para saber a diferença dos tributos federais pagos pelas entidades, conforme Tabela 4. Para esta variável de interesse, verifica-se também a progressão do poder explicativo quando inseridos as variáveis de controle. Quando não há controle das variáveis explicativas, percebe-se que muito das diferenças advêm da parte inexplicada, situação que ocorre nos dois grupos de comparação (diferença de 39 milhões de tributos federais pagos entre firmas não auditadas e auditadas do diferenciado e 1,64 bilhão entre firmas auditadas do diferenciado e especial).

Tabela 4: Efeitos da decomposição na média dos tributos federais pagos

	Painel A: Não auditadas vs monit. diferenciado				Painel B: monit. diferenciado vs monit. especial			
	Sem controles (1)		Com controles (2)		Sem controles (3)		Com controles (4)	
	Exp.	Não-exp.	Exp.	Não-exp.	Exp.	Não-exp.	Exp.	Não-exp.
Total	0.007 (0.006)	-0.039*** (0.008)	-0.017*** (0.005)	-0.014*** (0.003)	-0.067 (0.053)	-1.637*** (0.555)	-1.939*** (0.520)	0.218 (0.451)
Ativo	0.007** (0.004)	-0.002 (0.011)	0.001 (0.001)	-0.007 (0.010)	-0.149 (0.119)	-1.022 (0.748)	-0.090 (0.113)	-0.081 (0.166)
Passivo	-0.001 (0.004)	0.044** (0.022)	-0.000 (0.001)	0.014* (0.008)	0.080 (0.075)	-0.020 (0.492)	0.084 (0.071)	-0.507* (0.264)
Receita Bruta			-0.000 (0.000)	-0.054*** (0.012)			-2.054*** (0.528)	0.373 (0.491)
LAIR			0.001	-0.001			-0.021	0.010

	(0.001)	(0.001)	(0.018)	(0.062)
Desp. de Venda	-0.015***	0.029***	0.142	-0.176
	(0.004)	(0.005)	(0.111)	(0.200)
Desp. Adm.	-0.005***	0.012**	0.005	0.032
	(0.002)	(0.005)	(0.019)	(0.036)
Desp. Financ.	0.000	-0.004	-0.006	0.332***
	(0.001)	(0.007)	(0.041)	(0.076)
Bens industriais	0.003**	-0.005*	0.000	-0.063
	(0.001)	(0.003)	(0.001)	(0.053)
Comunicação	-0.001**	-0.000	0.000	0.010
	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.018)
Consumo cíclico	0.001	-0.007***	0.001	-0.026
	(0.001)	(0.002)	(0.001)	(0.049)
Cons. não cíclico	-0.001	0.002***	0.007***	-0.047
	(0.000)	(0.001)	(0.001)	(0.057)
Materiais Básicos	0.001	-0.004***	0.000	0.111*
	(0.001)	(0.001)	(0.000)	(0.065)
Outros	-0.002*	-0.000	0.000	-0.002
	(0.001)	(0.000)	(0.000)	(0.002)
Petróleo e Biocomb.	0.000	-0.001	-0.000	-0.064
	(0.000)	(0.001)	(0.001)	(0.042)
Tec da informação	-0.000	-0.000*	-0.000**	-0.023*
	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.012)
Utilidade Pública	-0.000	-0.006***	-0.007***	-0.245**
	(0.000)	(0.001)	(0.001)	(0.104)

Notas: Todas as regressões incluem efeito fixo de coorte. Os erros padrão robustos estão entre parênteses em regressões sem variáveis de controle e agrupados em nível em regressões com variáveis de controle. ***, ** e * representam o nível de significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Já quando incluímos as variáveis de controle há uma mudança expressiva no poder explicativo do modelo em todos os grupos comparativos: diferença de 17 milhões da parte explicada entre firmas não auditadas e auditadas do monitoramento diferenciado e 1,92 bilhão entre firmas auditadas do diferenciado e especial. Neste último cenário, nota-se uma considerável relevância das despesas de vendas e administrativas que podem explicar o diferencial de tributos federais pagos entre

firmas não auditadas e auditadas do diferenciado. Esse resultado pode indicar que as empresas usam da ferramenta do planejamento tributário para manusear as despesas de forma que possam diminuir o lucro reportado. Diferentemente do que ocorre com os tributos totais, o retorno das características observáveis assume algum papel para explicar as diferenças de pagamento de tributos federais entre as empresas em ambos os grupos de comparação.

Adicionalmente, também foi realizado regressões utilizando os tributos estaduais como variável dependente para encontrar as diferenças de tributos pagos na esfera estadual. Assim, foi feita a análise sobre os tributos estaduais procedendo de forma semelhante aos modelos anteriores. Os resultados podem ser visualizados na Tabela A2 do apêndice que mostram não haver muita diferença estatística entre as empresas dos grupos de comparação em relação aos tributos pagos às autoridades estaduais.

De forma mais específica, na esfera federal, existem tributos que incidem sobre o lucro líquido e sobre a renda, e que podem sofrer alterações devido às mudanças na base de cálculo provocada por estratégias de planejamento tributário. Assim, para capturar a disparidade de alguns tributos recolhidos, foram testadas as diferenças de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) pagos entre as firmas monitoradas e as não auditadas, observando a média das variáveis de interesse com e sem as principais variáveis de controle de acordo com a Tabela 5.

Tabela 5: Efeitos da decomposição na média do IRCS pago

Painel A: Não auditadas vs monit. diferenciado		Painel B: monit. diferenciado vs monit. especial	
Sem controles (1)	Com controles (2)	Sem controles (3)	Com controles (4)

	Exp.	Não-exp.	Exp.	Não-exp.	Exp.	Não-exp.	Exp.	Não-exp.
Total	0.000	-0.011***	-0.006**	-0.005**	-0.030	-0.057	-0.360**	0.269
	(0.001)	(0.004)	(0.002)	(0.002)	(0.035)	(0.049)	(0.166)	(0.167)
Ativo	0.000	0.004	-0.002	-0.002	0.041	-0.338	0.006	0.190
	(0.001)	(0.007)	(0.002)	(0.013)	(0.081)	(0.208)	(0.152)	(0.242)
Passivo	0.000	-0.008	-0.000	-0.002	-0.071	0.399**	-0.058	-0.119
	(0.000)	(0.006)	(0.001)	(0.010)	(0.050)	(0.180)	(0.086)	(0.192)
Receita Bruta			0.000	-0.013***			-0.504***	0.515***
			(0.000)	(0.003)			(0.144)	(0.147)
LAIR			0.001	-0.001			-0.027	-0.054*
			(0.000)	(0.001)			(0.019)	(0.029)
Desp. de Venda			0.000	0.007			0.163	-0.102
			(0.000)	(0.005)			(0.109)	(0.115)
Desp. Adm.			-0.004***	0.015***			0.042**	-0.093***
			(0.001)	(0.003)			(0.018)	(0.023)
Desp. Financ.			0.001	-0.005			0.014	-0.101*
			(0.001)	(0.007)			(0.042)	(0.060)
Bens industriais			0.000	-0.002			0.001	0.011
			(0.000)	(0.003)			(0.002)	(0.007)
Comunicação			-0.000	-0.000			0.000	-0.003
			(0.000)	(0.000)			(0.000)	(0.003)
Consumo cíclico			0.000*	-0.002			0.000	0.008
			(0.000)	(0.001)			(0.001)	(0.006)
Cons. não cíclico			-0.000	0.002***			0.004***	0.018***
			(0.000)	(0.001)			(0.001)	(0.006)
Materiais Básicos			-0.000	0.001			-0.000	0.020***
			(0.000)	(0.001)			(0.000)	(0.005)
Outros			-0.001	0.000			-0.000	0.000
			(0.000)	(0.000)			(0.000)	(0.000)
Petróleo e Biocomb.			0.000	-0.001			-0.000	0.001
			(0.000)	(0.000)			(0.000)	(0.004)
Tec. da informação			0.000	0.000			-0.000	0.001
			(0.000)	(0.000)			(0.000)	(0.001)
Utilidade Pública			0.000	-0.000			-0.001	0.014
			(0.000)	(0.001)			(0.001)	(0.014)

Notas: Todas as regressões incluem efeito fixo de coorte. Os erros padrão robustos estão entre parênteses em regressões sem variáveis de controle e agrupados em nível em regressões com variáveis de controle. ***, ** e * representam o nível de significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Ao analisar a média do IRCS pago sem as variáveis de controle percebe-se que, na grande maioria, a diferença do imposto e da contribuição pagos pelas empresas é demonstrada pelo retorno da parte não explicada do modelo, demonstrando que há fatores correlacionados com o tamanho da firma, mas que não estão sendo observados na regressão. Porém, assim como as outras variáveis de interesse estudadas, a parte explicada ganha significância quando adicionado as principais características explicativas. Por exemplo, nas colunas (2) e (4), o retorno da parte explicada representa uma diferença média de 6 milhões e 360 milhões (neste caso, nota-se uma sobre-explicação do componente) respectivamente, com um valor negativo sinalizando para o primeiro grupo que as empresas monitoradas do diferenciado pagam mais em comparação as empresas não auditadas e para o segundo grupo de comparação as firmas monitoradas do especial pagam mais em relação as empresas monitoradas do diferenciado.

As variáveis da amostra que possuem um retorno significativo para explicar a diferença do IRPJ e CSLL pagos são a Receita Bruta, Despesas administrativas e o setor de consumo não cíclico. Um detalhe importante de destacar são as despesas administrativas: no segundo grupo de comparação (coluna 4) essas despesas possuem uma diferença de 42 milhões positivo, ou seja, pode-se inferir que, na média, as empresas do monitoramento diferenciado estão reportando mais despesas administrativas do que as firmas do monitoramento especial, mesmo aquelas apresentando uma receita bruta muito menor do que estas, o que sugere vestígios de um planejamento tributário sobre essa variável.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho tem como objetivo identificar quais características observáveis de grandes empresas podem explicar os diferenciais do comportamento tributário agressivo entre aquelas elegíveis e não elegíveis ao acompanhamento econômico-tributário dos maiores contribuintes promovido pela Receita Federal do Brasil (RFB).

Utilizando os tributos totais como *outcome* os resultados encontrados sugerem que, na média, o ativo e passivo das empresas (medidas utilizadas para mensurar o tamanho das firmas) não são variáveis estatisticamente relevantes para explicar a diferença de tributos totais pagos, apenas o passivo apresenta um retorno implícito significativo. Apesar do patrimônio ser um dos itens objeto de análise do monitoramento, tais características são pouco relevantes na nossa amostra. Ao incluir as principais variáveis de controle, percebe-se o aumento da parcela explicada do modelo de regressão. As principais variáveis responsáveis por este aumento são: receita bruta, despesas de vendas, despesas administrativas e alguns setores como os de bens industriais, consumo cíclico, materiais básicos e utilidade pública. Para esta variável de interesse, o retorno das características observáveis assume pouca representação para explicar as diferenças de tributos totais pagos.

Quando observamos os resultados na diferença dos tributos federais pagos esta análise é bastante semelhante com o descrito anteriormente com destaque para a relevância das despesas de vendas e administrativas que podem indicar que as empresas usam da ferramenta do planejamento tributário para manusear as despesas de forma que possam diminuir o lucro reportado. Uma mudança que ocorre para este *outcome* é a de que o retorno das características observáveis assume algum papel para explicar as diferenças de pagamento de tributos federais entre as empresas em ambos os grupos de comparação.

De forma mais específica, ao analisar as diferenças de Imposto de Renda e Contribuição Social pagos, nota-se que as empresas monitoradas do diferenciado pagam mais em comparação as empresas não auditadas - em média 6 milhões a mais. Essa diferença é explicada em grande parte pelas despesas administrativas, indicando vestígios de planejamento tributário sobre esta variável frente ao monitoramento. Para o segundo grupo de comparação as firmas monitoradas do especial pagam 360 milhões a mais de IRPJ e CSLL em relação as empresas monitoradas do diferenciado. Para este grupo destaca-se a variável de Receita Bruta, com valores indicando o maior reporte de receita para o grupo especial. Isso reforça a eficiência das autoridades fiscais decorrente da atuação prioritária na ordem de monitoramento entre os maiores contribuintes.

Este trabalho contribui ao mostrar como os maiores contribuintes do Brasil atuam frente a um monitoramento oficial e em quais aspectos das empresas há uma maior incidência de planejamento tributário sem comprometer o retorno das suas atividades. A pesquisa examina um grupo singular de contribuintes, que apesar de representarem tão pouco do total de empresas registradas, são responsáveis por mais da metade da arrecadação federal. Além disso, os resultados gerados por essas entidades são de interesse não só do Estado, mas também de inúmeros stakeholders. Com os resultados desta pesquisa busca-se fornecer subsídios que contribuam para elaboração de novas metas de políticas governamentais e/ou novos procedimentos de auditoria da gestão fiscal pública, no sentido de alcançar a sua eficiência tributária ou ainda diminuir o histórico de sonegação do Brasil. Além disso, a análise encontrada pode ser utilizada para estimular as grandes corporações a adotarem novas estratégias de gestão tributária, contribuindo, assim, para o futuro crescimento das

empresas e, conseqüentemente, proporcionando o desenvolvimento social e econômico do coletivo.

6 REFERÊNCIAS

- AL-KARABLIEH, Yazan; KOUMANAKOS, Evangelos; STANTCHEVA, Stefanie. Clearing the bar: Improving tax compliance for small firms through target setting. *Journal of International Economics*, v. 130, p. 103452, 2021.
- BLINDER, Alan S. Wage discrimination: reduced form and structural estimates. *Journal of Human resources*, p. 436-455, 1973.
- CHEN, Kong-Pin; CHU, CY Cyrus. Internal control versus external manipulation: A model of corporate income tax evasion. *Rand Journal of Economics*, p. 151-164, 2005.
- CHEN, Shuping et al. Are family firms more tax aggressive than non-family firms?. *Journal of financial economics*, v. 95, n. 1, p. 41-61, 2010.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 02 de jun de 2020.
- DESAI, M. A.; DYCK, A.; ZINGALES, L. Theft and taxes. *Journal of financialeconomics*, Elsevier, v. 84, n. 3, p. 591–623, 2007.
- HOOPEs, Jeffrey L.; MESCALL, Devan; PITTMAN, Jeffrey A. Do IRS audits deter corporate tax avoidance?. *The accounting review*, v. 87, n. 5, p. 1603-1639, 2012.
- KIM, Jeong-Bon; LI, Yinghua; ZHANG, Liandong. Corporate tax avoidance and stock price crash risk: Firm-level analysis. *Journal of Financial Economics*, v. 100, n. 3, p. 639-662, 2011.
- LIMA, Sérgio LM. O Acompanhamento Tributário—Um Novo Paradigma em Fiscalização para a Receita Federal do Brasil. *Monografias Premiadas—Prêmio Schöntag*, v. 6, 2007.

MASCAGNI, G. From the lab to the field: A review of tax experiments. *Journal of Economic Surveys*, Wiley Online Library, v. 32, n. 2, p. 273–301, 2018.

NARITOMI, J. Consumers as tax auditors. *American Economic Review*, v. 109, n. 9, p. 3031–72, 2019.

OAXACA, Ronald. Male-female wage differentials in urban labor markets. *International economic review*, p. 693-709, 1973.

VASILEVICH, Oleg et al. Tax monitoring as an alternative to existing forms of tax control in Russia. *Journal of Economics and Economic Education Research*, v. 17, p. 15, 2016.

ZAMBONI, Yves; LITSCHIG, Stephan. Audit risk and rent extraction: Evidence from a randomized evaluation in Brazil. *Journal of Development Economics*, v. 134, p. 133-149, 2018.

7 APÊNDICE

Tabela A1. Faixas de elegibilidade ao monitoramento da RFB

Ano do monitoramento	Ano Base da Receita Bruta	Receita Bruta - R\$	
		Monitoramento diferenciado	Monitoramento especial
2011	2009	90.000.000	400.000.000
2012	2010	100.000.000	450.000.000
2013	2011	120.000.000	500.000.000
2014	2012	135.000.000	560.000.000
2015	2013	150.000.000	900.000.000
2016	2014	165.000.000	1.000.000.000
2017	2015	180.000.000	1.100.000.000

Fonte: <<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/legislacao-por-assunto/acompanhamento-diferenciado-maiores-contribuintes>>

Tabela A2: Efeitos da decomposição na média dos tributos estaduais

	Painel A: Não auditadas vs monet. Diferenciado				Painel B: monet. diferenciado vs monet. especial			
	Sem controles (1)		Com controles (2)		Sem controles (3)		Com controles (4)	
	Exp.	Não-exp.	Exp.	Não-exp.	Exp.	Não-exp.	Exp.	Não-exp.
Total	0.007 (0.012)	-0.006 (0.013)	-0.031*** (0.009)	0.032*** (0.004)	0.049 (0.043)	-1.322*** (0.503)	-0.799** (0.353)	-0.486 (0.349)
Ativo	0.008 (0.008)	0.025 (0.017)	-0.000 (0.000)	-0.007 (0.008)	0.149 (0.148)	-0.795* (0.424)	-0.075 (0.092)	0.090 (0.159)
Passivo	-0.002 (0.008)	0.064 (0.042)	-0.000 (0.001)	0.031* (0.018)	-0.101 (0.112)	0.081 (0.323)	0.242 (0.173)	-0.327 (0.241)
Receita Bruta			-0.000 (0.000)	-0.022* (0.013)			-0.827 (0.513)	-0.564 (0.735)
LAIR			0.000 (0.000)	0.000 (0.000)			0.008 (0.005)	0.005 (0.011)
Desp. de Vendas			-0.033*** (0.009)	0.046*** (0.005)			-0.094 (0.090)	-0.076 (0.205)
Desp. Adm.			0.000 (0.002)	-0.008 (0.009)			-0.056 (0.068)	0.099 (0.080)
Desp. Finan.			0.000 (0.000)	-0.001 (0.005)			0.010 (0.036)	0.059 (0.100)
Bens industriais			0.001** (0.000)	0.023*** (0.004)			-0.014*** (0.003)	-0.050*** (0.019)
Comunicação			-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)			0.000 (0.000)	-0.049** (0.022)
Consumo cíclico			0.000 (0.000)	0.019*** (0.002)			-0.011*** (0.002)	0.045 (0.067)
Cons não cíclico			-0.000 (0.000)	0.003*** (0.001)			0.008*** (0.001)	-0.167 (0.125)
Materiais Básicos			0.001*** (0.000)	0.008*** (0.001)			-0.001 (0.001)	0.198* (0.104)
Outros			-0.000 (0.000)	0.002*** (0.001)			-0.001** (0.001)	-0.001 (0.001)
Petróleo e Bioc			0.000* (0.000)	-0.003 (0.002)			-0.001 (0.002)	-0.011 (0.008)
Tec. da informação			-0.000 (0.000)	0.001** (0.000)			0.001** (0.001)	0.022 (0.014)
Utilidade Pública			-0.000 (0.000)	0.010*** (0.001)			0.013*** (0.002)	-0.276*** (0.052)

Notas: Todas as regressões incluem efeito fixo de coorte. Os erros padrão robustos estão entre parênteses em regressões sem variáveis de controle e agrupados em nível em regressões com variáveis de controle. ***, ** e * representam o nível de significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente.